



Cabral já coleta assinaturas para a emenda

Cabral quer mudar imunidade

O senador Bernardo Cabral levou ao conhecimento do plenário sua sugestão para uma proposta de emenda constitucional visando modificar o instituto da imunidade parlamentar. A proposta tem como objetivo evitar que o mandato seja usado como "manto da impunidade" por parlamentares que cometem crimes comuns como sonegação de

impostos, tráfico de drogas, homicídio, terrorismo e negócios fraudulentos. Cabral recebeu o apoio dos senadores Jefferson Péres, Benedita da Silva e Francelino Pereira. Benedita lembrou o esforço de Cabral, como relator da Constituição, para limitar a imunidade, mas não encontrando eco, na época, para suas preocupações. **Página 5**

Ministro vai à CCJ discutir abertura no setor de saúde

Depois da exposição de Albuquerque, na quarta-feira, senadores debaterão a emenda

O ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, debaterá com os senadores integrantes da Comissão de Justiça, nesta quarta-feira, a proposta de emenda constitucional do senador Júlio Campos que pretende permitir a entrada de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

O projeto vem sendo discutido pela CCJ e, na última quarta-feira, os senadores decidiram ouvir o ministro sobre o assunto. O ex-ministro da Saúde Adib Jatene também foi convidado



Campos é autor da proposta a manifestar seu ponto de vista sobre a matéria. Após a exposição do ministro, os senadores voltarão a debater a proposta.

Página 3

Reforma tributária é prioridade, diz Hollanda

Mesmo reconhecendo as dificuldades na formação de um consenso quando se trata de uma reforma tributária profunda, o senador Joel de Hollanda defendeu urgência para as mudanças no sistema tributário nacional. "O Brasil tem competência política e técnica para isso e esta Casa deve conferir ao assunto a alta prioridade que ele merece", afirmou. O senador argumentou que o elevado número de impostos, somado às alíquotas excessivas, "prejudica a competitividade de nossos agentes



Hollanda reconhece dificuldades econômicas e induz à sonegação". Hollanda lembrou a proposta de emenda à Constituição enviada em 1995 pelo Executivo e novas idéias apresentadas pelo Ministério da Fazenda. **Pág. 6**

Quintanilha pede união de Poderes contra a violência

Um esforço conjunto dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no combate à violência foi pedido sexta-feira pelo senador Leomar Quintanilha. Ele lamentou a banalização do crime, o que faz a violência atingir níveis alarmantes. Também manifestaram preocupação com os níveis de violência os senadores Edison Lobão, Gilvam Borges e Júnia Marise. O senador Artur da Távola apresentou emenda que prevê julgamento de crimes cometidos por menores. **Página 8**



Quintanilha lamenta banalização do crime

Odacir quer MPs e projetos submetidos ao Orçamento

Os projetos de lei e medidas provisórias que resultem em aumento ou redução da receita ou da despesa pública deverão ser obrigatoriamente adequados à Lei Orçamentária Anual (LOA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA), conforme projeto de resolução apresentado pelo senador Odacir Soares (PTB-RO).

O déficit público vem sendo ampliado constantemente porque medidas provisórias que abrem créditos extraor-



Odacir: créditos aumentam déficit

dinários, assim como inúmeras proposições legislativas, não necessariamente obedecem às leis - frisou o senador. Ele deu o exemplo do Código de Trânsito, "que implicitamente

criou uma série de despesas para as quais o governo não tem previsão orçamentária. Isso caracteriza a irracionalidade financeira do processo legislativo que pretendemos inibir".

Na justificativa de sua proposta, Odacir Soares cita estudo da Consultoria de Orçamentos do Senado, segundo o qual a análise da compatibilidade orçamentária das propostas legislativas objetiva impedir o exame de mérito e eventual aprovação de projetos ou medidas provisórias inexecutáveis do ponto de vista orçamentário e financeiro.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (17.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão do "PDL nº 51/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irai, estado do Rio Grande do Sul, e "PDL nº 52/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul

Quarta-feira (18.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 23/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 37,1 milhões, junto a um consórcio de bancos formado pelo Banco Panibas, Barclays Bank PLC e Instituto Bancário San Paolo di Torino S.P.A., destinada ao financiamento, parcial, da importação de bens e serviços necessários ao projeto de modernização das fragatas classe Niterói, no âmbito do Programa de Reaparelhamento da Marinha; "Projeto de Resolução nº 24/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de vinte e um milhões, noventa e dois mil, novecentos e doze reais esterlinas e vinte centavos, junto a um consórcio integrado pelo Banco Panibas e o Barclays Bank PLC; "Projeto de Resolução nº 18/98, que autoriza a prefeitura municipal de Iconha, no estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de R\$ 398.7 mil, junto à Caixa Econômica Federal, destinando-se os recursos à construção de cinquenta unidades habitacionais no bairro Jardim Jandira; "PDL nº 54/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Auriverde de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, estado do Paraná; e "PDL nº 68/97, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Rádio Dourados do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul; "PDL nº 69/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Guarany de Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, estado do Pará, e "PDL nº 70/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV Tropical Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, estado do Amazonas

Quinta-feira (19.03.98)

14h30 - Agenda em aberto
Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a registrar a passagem do centenário de falecimento do poeta simbolista Cruz e

Sousa

Oradores inscritos: senadores Esperidião Amin, Artur da Távola, Ronaldo Cunha Lima, Francolino Pereira, José Fogaça e Casildo Maldaner

Sexta-feira (20.03.98)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (18.03.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: Audiência pública - Exposição do ministro da Saúde, Carlos César Silva de Albuquerque, sobre a PEC nº 52/95, supprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring;

"PLS nº 63/95 (terminativo), que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 252/96 (terminativo), que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009/90; "PLS nº 273/96 (não terminativo), que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 69/97 (não terminativo), que regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem a duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

15h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "Relatório apresentado ao PDL nº 1/98-CN; "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referentes às contas do presidente da República de 1996; e "Relatório apresentado às contas do presidente da República referentes a 95.

Plenário 02 - Anexo II - Câmara dos Deputados

Quinta-feira (19.03.98)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 52/97 (não terminativo), que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; "PLC nº 61/97 (não terminativo), que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental

Autos irão direto ao Ministério Público

Aprovado em caráter terminativo no Senado, será enviado à apreciação da Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que os autos de inquérito policial deverão ser remetidos diretamente ao Ministério Público, e não mais ao juiz de direito.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, tendo como relator o senador Esperidião Amin (PPB-SC). Na redação atual do Código de Processo Penal, é imperativo que os autos de inquérito policial sejam antes remetidos ao magistrado.

Para Esperidião Amin, a iniciativa de Simon "objetiva uma radical transformação dos mecanismos de realização, controle e acompanhamento das atividades relacionadas à apuração dos fatos criminosos". Para o relator, o projeto inova ainda ao atribuir ao



Simon é autor do projeto

Ministério Público a capacidade de realizar investigações.

Por sua vez, Simon argumenta na justificativa do projeto: "Se o Ministério Público, por força do sistema acusatório consagrado pela Constituição, detém a titularidade, em caráter privativo, da ação penal pública, é ele, por consequência, o destinatário natural do inquérito policial, daí por que não mais se justificar tenha também o magistrado a possibilidade de determinar a persecução criminal".

Memorial de Vargas segue para a Câmara

O projeto de autoria do senador Pedro Simon que autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas segue agora para tramitação na Câmara dos Deputados, depois de haver sido aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o senador, a proposição objetiva autorizar a União a

receptionar acervos documental e material que pertenceram ao ex-presidente para, após estudo e seleção de material, constituir-se em memorial em sua homenagem.

- Estipulo providências visando selecionar, dentre os edifícios ligados à vida de Getúlio Vargas, um que possa ser destinado ao memorial - afirmou.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

O ministro da Saúde e o médico Adib Jatene discutem com senadores a proposta de emenda constitucional que abre o setor de assistência à saúde ao capital externo

Albuquerque vai à CCJ na quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouvirá nesta quarta-feira, às 10h, em audiência pública, o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, sobre a proposta de emenda constitucional do senador Júlio Campos (PFL-MT) que pretende permitir a entrada de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

O projeto vem sendo discutido pelos senadores e, na última quarta-feira, eles decidiram ouvir o ministro sobre o assunto. O ex-ministro da Saúde

de Adib Jatene também foi convidado a manifestar aos integrantes da CCJ seus pontos de vista sobre a matéria. Após a exposição do ministro, os se-

Júlio Campos, autor da proposta, diz que proibição só beneficia os que temem a concorrência

nadores voltarão a debater o projeto, na mesma reunião de quarta-feira.

O senador Júlio Campos afirma, na defesa de sua proposta,

que a exclusão do capital estrangeiro no setor de saúde só traz prejuízos à sociedade brasileira, "que vê reduzidas suas opções de acesso a hospitais privados, no momento em que o sistema público de saúde atravessa grave crise". Para ele, a atual proibição só beneficia "os detentores dessa verdadeira reserva de mercado, que temem a concorrência estrangeira".

Júlio Campos lembra em sua justificativa que o Congresso Nacional mudou recentemente a Constituição para eliminar

o conceito de empresa brasileira de capital nacional. O objetivo foi acabar com a discriminação ao capital estrangeiro, buscando atraí-lo ao país, aumentando investimentos e levando a uma melhoria de qualidade dos produtos. Destacou ainda que o Congresso já aprovou outras mudanças na Constituição, nos últimos três anos, com o objetivo de abrir a economia nacional aos investidores externos. "Por tudo isso, não faz qualquer sentido excluir esse mesmo capital do setor saúde", pondera.



Serra quer prevenir assaltos limitar caixa automático

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto de lei para proibir o saque de dinheiro em caixas automáticas da rede bancária fora do horário de expediente. Encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa, o projeto se aplica aos caixas automáticos situados dentro e fora dos estabelecimentos bancários.

Serra justificou a iniciativa lembrando o número crescente de delitos associados ao saque automático em caixas eletrônicos. Na opinião do parlamentar, a facilidade derivada das inovações tecnológicas fez com que os clientes de bancos ficassem sujeitos a "sequestro de resgate imediato", de difícil combate pela polícia.

Com seu projeto, Serra disse que pretende garantir instrumentos que regulem efetivamente o funcionamento dos caixas eletrônicos, a fim de reprimir esses delitos. Ele também entende que a proliferação de caixas eletrônicos em vias públicas não tem sentido, visto que facilita a extorsão.

O projeto dispõe que o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar excepcionalmente que instituições bancárias permitam saques fora do horário de expediente. Mas determina que esses horários só poderão ser liberados nos casos de caixas eletrônicos instalados dentro de edifícios ou que disponham de sistema de registro de imagem dos clientes.

A não observância dessas exigências, segundo o projeto, sujeitará os responsáveis a sanções e ao ressarcimento do prejuízo que o cliente venha a ter em decorrência de ação criminosa.

V Endicon é encerrado com sucesso

O V Encontro dos Dirigentes de Controle Interno (Endicon), encerrado sexta-feira, foi melhor que os anteriores, pela maior participação dos profissionais da área, afirmou a presidente do Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Martha Lyra Nascimento, que é também diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado.

Martha Lyra enfatizou no encerramento do encontro, realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado, o papel do controle na busca da eficiência e na minimização do desperdício no setor público. Ela disse ainda que os temas discutidos são hoje de interesse de todo cidadão.

O deputado federal Augusto Carvalho, que falou da visão do Legislativo sobre os sistemas de controle interno, defendeu a autonomia da Secretaria Federal de Controle (SFC). A transparência dos procedimentos dos administradores foi considerada fundamental pelo deputado para o fim das irregularidades com o dinheiro do Tesouro.

O secretário federal de Controle e presidente do V Endicon, Domingos Poubel de Castro, cobrou a imediata votação da medida provisória sobre controle interno, para um controle mais efetivo dos gastos públicos.

Lúcio Alcântara destaca atuação inovadora do TCU

O Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao terceiro trimestre de 1997 demonstra, segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que o órgão, em sintonia com as exigências da sociedade por moralidade e transparência na administração pública, tem inovado na sua forma de atuação, melhorando e ampliando as atividades de controle dos negócios públicos.

Ao enfatizar ações voltadas para atividades-fim e para a modernização de métodos e rotinas de trabalho, o TCU publicou e distribuiu aos governos estaduais e prefeituras o manual *Convênios - Principais Informações para Estados e Municípios*, com orientações para solicitação, execução e prestação de contas de convênios realizados com o governo federal, assinalou o senador.

Conforme Lúcio Alcântara, o objetivo do manual foi o de "reduzir o número de erros formais, facilitar a prestação de contas, eliminar a intermediação e reduzir o número de processos de tomadas de contas especiais, instaurados nos casos de



Alcântara vê ampliação das atividades de controle

omissão no cumprimento desse dever".

Ele destacou que o TCU também publicou o *Manual de Instrução de Tomada e Prestação de Contas*, para racionalizar, simplificar e padronizar esses processos, de modo a economizar tempo na sua tramitação dentro do tribunal.

Lúcio Alcântara avaliou, ainda, a nova sistemática adotada pelo TCU para apreciar a legalidade e registro dos atos relativos a pessoal ser adotada no exercício de 1998: "De acordo com o novo sistema, o exame desses atos será feito pelo órgão de origem, abandonando-se o método de processos individuais. A medida confere maior qualidade na avaliação e controle dos atos, incrementando o trabalho de campo e agilizando as ações corretivas, quando requeridas", explicou.

O senador disse que, no ter-

ceiro trimestre de 1997, o TCU enfatizou, ainda, o intercâmbio com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras, com vistas à capacitação profissional e à troca de conhecimentos. Citou como exemplo os programas de cooperação técnica firmados com o Reino Unido e o Japão, "alcançando os campos de auditoria operacional, ambiental, de obras públicas, fiscalização de recursos e avaliação de programas de governo".

No âmbito do apoio ao Congresso, Lúcio Alcântara salientou levantamento de auditoria em quase uma centena de obras realizadas com recursos do Tesouro Nacional, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias e como subsídio às decisões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O senador defende uma difusão mais ampla do trabalho voluntário no Brasil. Nos Estados Unidos, ele envolve 93 milhões de pessoas

Maldaner exalta o voluntariado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu uma difusão mais ampla do trabalho voluntário no Brasil. "Espaços de engajamento para o trabalho voluntário não faltam no país, nem segmentos carentes de ajuda humanitária ou pessoas de boa vontade. O que falta é desencadear uma ampla campanha nacional de adesão ao voluntariado que una a iniciativa pública e a social."

Ele observou que o Estado, o mercado e os cidadãos são os três pilares que sustentam todo o esforço para a superação das desigualdades e na construção da qualidade de vida para todos. "Não cabe pensar, entretanto, que a iniciativa do voluntariado atue em substituição à ação do setor público ou em concorrência com o atendimento social, de responsabilidade do Estado. Ambas ações estão



Abismo social preocupa Maldaner

intimamente relacionadas e direcionadas para o alcance de um nível de vida mais digno para toda a população", assinalou.

- Ao falarmos de solidariedade, precisamos lembrar do sociólogo Betinho, que marcou indelevelmente o fim da década de 90 em nossa sociedade com sua cruzada pela erradicação da fome e em favor da preservação da vida - disse.

Casildo Maldaner citou os Estados Unidos para mostrar

o alcance do trabalho voluntário: "As doações para instituições filantrópicas, em 1996, ultrapassaram os US\$ 150 bilhões, um quinto do PIB brasileiro. O mais significativo, porém, é verificar que 49% dos adultos do país, 93 milhões de pessoas, dedicam em média quatro horas semanais a hospitais, igrejas, escolas, organizações não-governamentais e asilos".

Já existe instrumento legal que ampara o trabalho voluntário, na figura do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1996, aprovado no Senado em fins de janeiro e encaminhado à sanção presidencial, relatou Maldaner. O projeto define o serviço voluntário como atividade não-remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, educacionais ou de assistência

social, inclusive mutualidade.

Para Maldaner, é crucial a difusão ampla do trabalho voluntário no Brasil. "Há um verdadeiro abismo social no país, especialmente no Nordeste, onde mais de 40% das crianças e adolescentes, até 14 anos, vivem em famílias com renda até meio salário mínimo per capita. Se ao quadro de desigualdades sociais acrescentarmos os grupos carentes de ajuda como aidéticos, presidiários e idosos, temos a dimensão dos segmentos potenciais para o trabalho voluntário."

O senador citou instituições como a Liga Feminina de Combate ao Câncer, a Sociedade Pestalozzi, a Fundação Jacques Cousteau, a Anistia Internacional e o Clube Soroptimista Internacional como exemplos de voluntariedade que precisam ser expandidos.



Bianco destaca trabalho social

Bianco faz elogio à Assembléia de Deus

O senador José Bianco (PFL-RO) destacou a importância dos serviços prestados pela Igreja Assembléia de Deus à população de Rondônia, "que muitas vezes têm sido mais eficientes que os do poder público". Ele registrou os 76 anos de existência da Igreja no estado, comemorados em culto do qual o senador participou.

- Não bastasse a importância social que representam todas as religiões, retirando jovens do vício e do ócio, a Igreja Assembléia de Deus vai muito além, apresentando resultados concretos em sua prestação de serviços sociais e educacionais, sérios e sem demagogia. Presente em todas as comunidades de Rondônia, por mais longínquas e de difícil acesso que sejam, a Assembléia contribui, pelo trabalho e pela fé, para que o estado se torne, cada vez mais, um lugar de paz social e habitado por homens de bem - ressaltou.

Para José Bianco, caso haja reconhecimento pelo estado do potencial de trabalho que têm os dirigentes e os membros da Assembléia de Deus e outras instituições religiosas, "o ideal de desenvolvimento com harmonia será alcançado de forma muito mais rápida".

Ele agradeceu em especial aos pastores Joel Holder, presidente da Assembléia de Deus de Porto Velho, e Nelson Gutemberg, presidente da Convenção dos Ministros da Igreja em Rondônia, e aos demais pastores, presbíteros, obreiros e membros da Assembléia, pela oportunidade de participar das comemorações do aniversário.

Waldeck tenta mudar distribuição de verbas

Projeto apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) estabelece novos critérios para transferência de recursos financeiros destinados à área de saúde. Pela proposta, os recursos do Fundo Nacional de Saúde, para as ações e serviços do SUS executados



Waldeck: recursos

pelo estados, municípios e o Distrito Federal, seriam transferidos diretamente, de forma regular e automática, segundo cotas previstas em programação e cronograma aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde.

Desses recursos, 75% serão distribuídos segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente da programação. As transferências dispensariam a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos. A parcela destinada aos municípios se-

ria de 50% desse total.

Waldeck argumenta que a descentralização da Saúde está ocorrendo de "forma lenta" e sua sistemática faz com que as transferências federais per capita reproduzam "o desequilíbrio já existente entre as unidades

federadas, favorecendo aquelas com redes de saúde maiores e possuidoras de tecnologias médicas mais sofisticadas, em detrimento daqueles municípios e estados com redes menos desenvolvidas e maior incidência de população mais carente".

- As críticas a essa sistemática são antigas e constam, inclusive, do relatório da CPI do Inamps, realizada em 1993 - destaca Waldeck. O projeto foi encaminhado para apreciação pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Mauro quer agilizar região metropolitana

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu o funcionamento imediato do Conselho de Administração da Área Metropolitana de Brasília. Apesar de elogiar a política de recuperação dos níveis de emprego do governador Maguito Vilela, o senador



Mauro teme migração

está preocupado com o índice de desemprego de 6% no estado de Goiás, numa população de 5 milhões de pessoas e de 2,2 milhões de trabalhadores. Para ele, o problema origina-se dos fluxos migratórios "espontâneos e descontrolados que vêm de outras regiões para Brasília".

Segundo o senador, Brasília, sem condições de absorver esses fluxos, expulsa as famílias de migrantes para a periferia, onde estão os 20 municípios goianos que fazem limite com a cidade, esclarecendo que por essa via ocorre o inchaço populacional do Entorno.

- A conclusão objetiva é de que estamos pagando uma dívida de Brasília, tanto no nível macro da questão quanto nas projeções estatísticas negativas por todo o estado. Ou seja, o desemprego no

Entorno é consequência das ilusões criadas por Brasília na atração de movimentos migratórios, e a elevada concentração populacional da região distorce os números do desemprego, na formação média estadual - afirmou o senador.

Mauro Miranda disse que, ao sancionar, no final de janeiro, a lei complementar que criou a região metropolitana, o presidente Fernando Henrique Cardoso deixou claro os seus interesses e suas preocupações com a mudança no perfil social de toda essa área que sofre as influências de Brasília como pólo de atração.

Senador começa a colher assinaturas para emenda constitucional que pretende excluir do instituto da imunidade os "atos estranhos à atividade parlamentar" e limitar a proteção de parlamentares às suas opiniões, atos e palavras

Cabral quer crime comum fora de imunidade

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) levou na sexta-feira ao conhecimento do plenário uma proposta de emenda constitucional destinada a modificar o instituto da imunidade parlamentar. O projeto tem como objetivo evitar que o mandato seja usado como "manto da impunidade" por parlamentares que cometem crimes comuns como sonegação de impostos, tráfico de drogas, homicídio, terrorismo e negócios fraudulentos.

Para Cabral, o momento de mudar as regras é agora, não porque estejamos vivendo um tempo com desvios graves de um parlamentar, mas por causa do clamor da sociedade pelo fim da impunidade. "O cidadão honesto não acredita nas instituições e o dever do Congresso é restaurar sua confiança no Poder Legisla-

tivo", disse o senador. Ele começou já na sexta-feira a coletar as 27 assinaturas de apoio que precisa para formalizar sua proposta.

Cabral explicou que a fórmula encontrada para limitar a imunidade parlamentar a "opiniões, atos e palavras ligadas ao exercício do mandato" é bem simples: basta acrescentar ao artigo 53 da Constituição, que trata do assunto, um parágrafo especificando "não estarem amparados pelo instituto os parlamentares que cometerem crimes comuns ou quaisquer outros atos estranhos à atividade parlamentar".

Em complemento, Cabral anunciou uma segunda proposta de emenda constitucional, disciplinando o decoro parlamentar e os casos em que o deputado ou senador podem perder seus mandatos. "Pelas



Bernardo quer evitar impunidade

regras atuais, cabe ao plenário julgar o decoro parlamentar, por voto secreto e maioria absoluta, o que torna difícil a cassação. Minha proposta transfere para as respectivas Mesas Diretores a prerrogativa de julgar deputados e senadores, por falta de decoro, o que agilizará o processo, sem prejuízo de ampla defesa."

Segundo o senador, as duas propostas vão impedir que pessoas mal intencionadas procu-

rem se eleger, buscando o mandato para com ele se esconder sob o manto da impunidade. "Torna-se imperioso expor essas distorções aos olhos da nação, por não podermos utilizar o corporativismo canhestro para proteger bandidos e sonegadores, sob pena de ficarmos desacreditados no julgamento popular", disse.

Em apertes, Cabral recebeu o apoio dos senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), Benedita da Silva (PT-RJ) e Francelino Pereira (PFL-MG). Jefferson destacou que a imunidade de visa, essencialmente, proteger o parlamentar do arbítrio do Executivo, não tendo nenhuma relação com a proteção para casos como o do deputado Sérgio Naya, que agora sensibiliza todos os parlamentares, mas logo pode estar esquecido. A senadora Benedita da Silva

lembrou do esforço de Cabral, como relator da Constituição, para limitar a imunidade, sem encontrar eco na época. Francelino Pereira aplaudiu a iniciativa e ressaltou que será difícil encontrar uma solução definitiva, já que o texto constitucional é complexo.

Cabral afirmou que o Legislativo é o mais autêntico dos três Poderes democráticos porque é onde "ecoam o clamor, a angústia popular, as reivindicações e as críticas. Por isso, não pode ser antro de ambições pessoais". Ele lembrou que a primeira providência dos regimes autoritários é enfraquecer o Legislativo, que resulta na desmoralização do Judiciário, culminando numa ditadura de poder absoluto, que "nenhum de nós deseja viver de novo".

Ronaldo enaltece Castro Alves após receber diploma

Após receber na quinta-feira o diploma de Honra ao Mérito Poeta Castro Alves, concedido pela Academia Taguatinguense de Letras, dentro das comemorações do sesquicentenário de nascimento do poeta baiano, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fez um recital de poesias, enaltecendo a obra e a vida de Castro Alves.

Ronaldo Cunha Lima destacou a importância da poesia, salientando que "ela dignifica a qualidade espiritual do ser humano e alimenta a alma". Além das poesias de Castro Alves, o senador recitou poemas de sua autoria e ainda fez improvisos, sendo aplaudido de pé pelos presentes.

A solenidade, bastante concorrida, contou com a presença de autoridades do Distrito Federal e figuras de



Ronaldo: poesia dignifica

destaque do mundo cultural da capital. O acadêmico Newton Rossi, além de destacar os eventos culturais alusivos à comemoração do sesquicentenário de Castro Alves, elogiou o discurso de Ronaldo Cunha Lima proferido no dia 13 de maio passado na sessão do Senado em homenagem ao poeta baiano.

Francelino cita Bornhausen para destacar unidade do PFL

A solenidade de recondução do ex-embaixador Jorge Bornhausen ao cargo de presidente do Partido da Frente Liberal (PFL) foi citada na sexta-feira pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), em discurso no plenário, como exemplo da unidade do partido.

Foi uma solenidade expressiva, confirmada pelas presenças do vice-presidente da República, Marco Maciel, do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de governadores e ministros do PFL, além de lideranças partidárias de todos os estados - disse ele.

O senador ressaltou o trabalho de Jorge Bornhausen, que



Francelino vê lucidez no partido ocupou a embaixada do Brasil em Portugal, para afirmar que o ex-embaixador assume "com a mesma lucidez e inteligência do deputado José Jorge, que exerceu o cargo de presidente interino do PFL".

ITAMAR FRANCO

Francelino Pereira prestou solidariedade ao ex-presidente da República Itamar Franco, pelos acontecimentos ocorridos na convenção nacional do PMDB do último dia 8, no plenário da Câmara dos Deputados.

Para o senador, os ataques sofridos por Itamar Franco "são indignos", representaram uma falta de respeito e atingem o sentimento mineiro. Francelino demonstrou sua consideração pelo ex-presidente, afirmando que, apesar de serem de partidos diferentes, admira o trabalho realizado por Itamar em seu governo.

TV Senado estará também na Tecsat

A partir do próximo dia 20 de março, a TV Senado também será sintonizada através da Tecsat Vídeo, que operará um novo canal digital de transmissão por satélite direto para a casa do assinante. O sistema, totalmente desenvolvido e produzido no Brasil, é semelhante ao Direct TV (TVA) e ao Sky Net, que já oferecem a TV Senado.

A TV Senado integra o pacote básico de programação da Tecsat e será sintonizada pelo canal 8. A empresa estará oferecendo outros 30 canais de vídeo, entre eles a TV Câmara que poderá ser sintonizada pelo canal 9, além de 30 canais de músicas variadas.

O sistema da Tecsat Vídeo tem capacidade para transmitir

65 canais de vídeo, 30 canais de áudio e duas rádios, dentro dos quatro pacotes de programação oferecidos aos assinantes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

A partir de janeiro, a expectativa, segundo um funcionário da Tecsat, é ampliar a transmissão para todo o Brasil e para países da América do Sul.

Elevado número de impostos prejudica a competitividade dos agentes econômicos e leva à sonegação, afirma senador

Hollanda pede urgência para reforma tributária

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu sexta-feira a necessidade de uma urgente reforma do sistema tributário, com o argumento de que o elevado número de impostos, somado às excessivas alíquotas, "prejudica a competitividade de nossos agentes econômicos e induz à sonegação".

Ele apontou como defeito técnico "que infesta nosso atual sistema" a diferenciação de alíquotas em função do produto e do estado de origem ou de destino. Explicou que o ICMS, por exemplo, tendo titularidade estadual, varia de estado a estado, o que, a seu ver, dá margem à guerra fiscal, "gerando problemas nocivos à economia como um todo".

É de enorme complexidade a discussão e a formação



Hollanda critica sistema atual

de consenso quando se trata de uma reforma tributária profunda. Mas o Brasil tem competência política e técnica para isso. Esta Casa deve conferir ao assunto a alta prioridade que ele merece - observou.

Joel de Hollanda lembrou a proposta de emenda à Consti-

tuição, enviada em 95 pelo Executivo, que propõe a criação de um imposto único federal em substituição ao IPI e ao ICMS. E destacou que "novas idéias relativas à reforma" foram apresentadas à Câmara, há alguns meses, pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Entre as medidas sugeridas, o senador citou a criação de um imposto federal incidindo sobre bens e serviços, IVA, "que põe fim à guerra fiscal e permite a harmonização tributária em nível internacional", e a extinção do IPI, do ICMS da CSLL, da Cofins e do PIS/Pasep. Esclareceu Joel de Hollanda que a eliminação de contribuições não impedirá a vinculação de recursos federais aos setores atualmente beneficiados.



Campos diz que Congresso deve tomar iniciativa da discussão

Júlio Campos propõe debate sobre política de ciência e tecnologia

O senador Júlio Campos (PFL-MT) propôs que o Congresso Nacional tome a iniciativa de debater e definir uma nova política de ciência e tecnologia para o país, em função do "notório esgotamento das políticas industriais setoriais, orientadas para a substituição de importações e tendo a presença do Estado, nas atividades produtivas diretas, como ponto de apoio".

A definição dessa nova política deve ter em vista a renovação da base produtiva e ampliação da capacidade tecnológica, disse o senador. Ele alerta que as políticas de ciência e tecnologia "não são mais definidas exclusivamente

juventude, quanto à valorização da pesquisa como fator de melhoria da qualidade de vida.

O senador relacionou ainda a importância de maior envolvimento de empresas de portes médio e pequeno na incorporação de tecnologias modernas; a maior colaboração internacional na busca de novos caminhos para o enriquecimento coletivo e para a ampliação da oferta de empregos bem remunerados; e a dinamização da economia

"Definição da nova política deve ter em vista a renovação da base produtiva e ampliação da capacidade tecnológica"

pelos governos, com a participação da comunidade científica, mas a sociedade exige, cada vez mais, o direito de participar diretamente da definição das grandes opções científicas e das soluções técnicas dadas aos problemas sociais".

Depois de lamentar que toda a produção brasileira de pesquisa, atualmente, represente apenas "meio por cento da ciência no mundo", Júlio Campos observa que a prioridade conferida ao setor pela Carta de 88 teve "resultados limitados" até agora. O senador entende que, em diversos aspectos, o progresso científico e tecnológico poderá beneficiar-se de uma maior participação do Legislativo na definição de suas políticas.

Nesse sentido, Júlio Campos destacou a necessidade de indicação das prioridades entre as grandes áreas de pesquisa que merecem financiamento público e de maior conscientização da população, em especial da

local como compensação para eventuais perdas de postos de trabalho, em consequência de inovações tecnológicas.

Na formulação de uma nova política de ciência e tecnologia, Júlio Campos disse ser importante preservar o atual sistema nacional de pesquisa, "resultado de investimentos acumulados nos últimos vinte anos". O senador lembrou que, "embora incompleto e frágil, esse sistema conta com grande diversidade de institutos e órgãos de pesquisa, com 142 instituições federais de ensino superior, além de uma estrutura de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação que já supera um total de 1.651 cursos de mestrado e doutorado, bem como a existência de quase 5 mil grupos de pesquisa, reunindo mais de 20 mil pesquisadores nas várias áreas do conhecimento".

Lobão destaca MP em favor dos taxistas e deficientes

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cumprimentou sexta-feira o presidente Fernando Henrique Cardoso pela edição da Medida Provisória 1.640, a qual restaura a vigência da lei que isentou de IPI os automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física. Lobão disse que a medida, além de alcançar os 350 mil taxistas do país e milhares de deficientes, beneficia a indústria automobilística, estimulando a criação de empregos, visto que a isenção só vale na aquisição de carros nacionais.

Conforme o senador, estima-se que 50 mil motoristas profissionais trocarão seus veículos em 1998, usufruindo essa isenção de IPI, que varia de 13 a 35%. Em sua opinião, isso demonstra a preocupação do governo em atender, sem comprometer a



Lobão: MP também gera empregos

política econômica, os setores que precisam receber amparo oficial.

Na avaliação de Edison Lobão, a nação está compreendendo, como demonstram as pesquisas, que o governo Fernando Henrique Cardoso desenvolve esforços extraordinários, para assegurar a continuidade da estabilidade econômica. O

senador mencionou os benefícios que essa política econômica propicia ao assalariado, o qual, no seu entender, não se lembra de um passado em que tivesse tantas oportunidades de consumo para melhorar a qualidade de vida.

Referindo-se às taxas de juros, lembrou a preocupação do governo em reduzi-las, apontando as medidas tomadas nos últimos dias. Em sua opinião, os juros continuam elevados e dificultando o desenvolvimento, mas o governo tem ido até onde é possível, atento à estabilidade da moeda.

Lobão explicou que a redução dos juros na conjuntura atual só pode ser feita gradativamente, para não comprometer a linha de ação que protege o Real. Disse também que essa linha de ação é reconhecida pelos maiores economistas do mundo como "o passo acertado que levará a feliz desfecho".

Ao citar nota oficial de entidades mineiras em defesa dos índios, senadora condena descaso do governo federal na demarcação das terras

Júnia defende nações indígenas



Benedita quer chances iguais

Benedita apóia cotas para negros

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse, na sexta-feira, que apóia o projeto de lei, de autoria do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), reservando 20% de todas as futuras vagas abertas em órgãos públicos sejam preenchidas para negros e outros 20% para negros. A senadora comentou nota publicada na coluna do jornalista Ricardo Boechat, de *O Globo*.

- O estabelecimento de cotas, à semelhança do que foi feito em relação às mulheres, significa apenas buscar oportunidades iguais para os negros - frisou.

Para Benedita, entre os anos 60 e 80 disseminou-se o mito de que o país é uma democracia racial, "o que não é verdadeiro". Ela citou estatísticas sobre o nível de formação escolar de negros e negras: a maioria deles não consegue chegar à universidade e boa parte dos que a atingem abandonam o curso por falta de condições financeiras.

Na opinião da senadora, o Brasil, assim como a África do Sul, tem importante papel no combate ao racismo. "Nos Estados Unidos, se acabou apenas com a segregação, sem que isso levasse a uma ação transformadora do poder vigente, exercido, ontem e hoje, pelos brancos."

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou a persistência e coerência da senadora na sua luta contra todas as formas de racismo.

A senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, destacou, na sexta-feira, a divulgação de nota oficial assinada pelas entidades SOS Vida Nacional e Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Construção e do Mobilário de Minas Gerais (Atapecom-MG), condenando o descaso do Governo Federal com a situação de degradação das nações indígenas brasileiras.

O manifesto, segundo a senadora, chama a atenção para o aumento do número de suicídios ocorridos entre os índios guarani, nos últimos três anos, relacionados com a perda de identidade e as invasões de suas terras por grileiros, em consequência da "inadequada política demarcatória de suas terras, em todo o território brasileiro". O fato, ao seu ver, comprova a perda do patrimônio dessas nações, contrariando o que determina a Constituição de 1988.

CNBB

Júnia Marise também citou



Júnia alertou para agressões

documento elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que condena os atos de violência praticados contra a população indígena. "O relatório do Cimi relaciona mais de 140 mil casos de violações dos direitos dos índios, configurados em 69 tipos de agressões", acrescenta a senadora.

A líder do PDT fez um apelo ao presidente da República e ao Ministério Público para que se procure agir com justiça com os nossos "irmãos", uma vez que seus direitos têm sido ignorados tanto no seu

estado, Minas Gerais, quanto na Amazônia e em outras regiões do país.

A redução das verbas do Orçamento da União destinadas à Fundação Nacional do Índio (Funai) é um erro "inadmissível, que faz com que a entidade fique de braços cruzados", assinalou a senadora, lembrando que "as prioridades do Executivo na distribuição dos recursos públicos, principalmente da área social, somente favorecem as instituições financeiras e os compromissos econômicos assumidos pelo caminho neoliberalista, escolhido por Fernando Henrique Cardoso".

A nota das entidades baseou-se em reportagem veiculada no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, enfocando a vida de diversas tribos indígenas, inclusive yanomani, em total estado de decadência humana, corrompidos, inclusive, pelo vício do alcoolismo, incorporado à vida dos índios pelos grileiros e garimpeiros.

Acre testa modelo para exploração da Amazônia

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) anunciou o desenvolvimento, por órgãos técnicos do Acre, de um novo sistema para a utilização dos recursos florestais sob um regime de "rendimento sustentado", que envolve todas as opções de manejo florestal em áreas com ou sem população.

- É com iniciativas como esta que corrigiremos os erros do passado, e não com outro tipo de erro, incentivado por aqueles que querem manter a Amazônia apenas como um santuário ecológico estático - disse ele.

A nova técnica desenvolvida está em fase experimental de implantação, graças ao trabalho conjunto de estudiosos da Embrapa-Acre, do Inbra e da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac). Um dos modelos utilizados, relatou o senador,



Flaviano destaca pesquisas

é o manejo sustentado de produtos não madeireiros, que podem ser extraídos da floresta. Entre esses produtos estão óleos, resinas, bambu, produtos medicinais, látex e frutas.

"Já o manejo de uso múltiplo considera todas as alternativas possíveis de administração dos recursos da floresta, como os produtos madeireiros e não madeireiros, a produção de alimentos, o ecoturismo e a proteção da vida silvestre", acrescentou Flaviano Melo.

Ele esclareceu que a idéia básica do manejo florestal comunitário foi desenvolvida de

forma pioneira na Floresta Estadual do Antimary, por meio da Funtac e da unidade da Embrapa no Acre, com financiamento pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais.

Os técnicos estão criando novidades importantes no Acre, informou Flaviano Melo. Ele destacou os estudos em torno da pimenta-longa como uma das mais importantes pesquisas em desenvolvimento pela Embrapa do Acre, em colaboração com o Museu Emílio Goeldi, do Pará.

"Essa planta em breve poderá garantir a produção brasileira do óleo safrol, utilizado na produção de inseticidas biodegradáveis, cosméticos e produtos farmacêuticos, cujo litro chega a custar seis dólares, no mercado externo", revelou o senador.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a quebra da imunidade parlamentar

8h - "Mulheres em Debate" - com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e Jacira Silva, representante do Movimento Negro Unificado, sobre discriminação racial

9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre a quebra da imunidade parlamentar

10h - Comissão de Fiscalização e Controle (gravada em 12/03/98)

12h15 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre a quebra da imunidade parlamentar

13h15 - "Mulheres em Debate" - com a senadora Benedita da Silva e Jacira Silva, representante do Movimento Negro Unificado sobre a discriminação racial

14h30 - Sessão plenária (vivo)

18h45 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre a quebra da imunidade parlamentar

19h30 - "Mulheres em Debate" - com a senadora Benedita da Silva e Jacira Silva, representante do Movimento Negro Unificado sobre a discriminação racial

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (representação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Mulheres em Debate" - com a senadora Benedita da Silva e Jacira Silva, representante do Movimento Negro Unificado sobre a discriminação racial

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 8h



Francelino: reforma "urgente"

Francelino defende criação de 35 varas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu na sexta-feira a aprovação, pelo plenário, de projeto já apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado que prevê a criação de mais 35 varas da Justiça Federal nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Amazonas, como forma de amenizar a morosidade do Judiciário.

O projeto, que determina a criação de 16 novas varas para Minas Gerais, 12 para a Bahia, seis para Goiás e uma para o Amazonas, foi apresentado por iniciativa do Superior Tribunal de Justiça e iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados em 1994.

Para Francelino Pereira, a criação de novas varas representará um desafio para os juizes e é indispensável para a reforma do Judiciário. "A urgente reforma do Judiciário passa, obrigatoriamente, por um aumento na oferta de varas, sobretudo da Justiça Federal", garantiu.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) fez um apelo para que o projeto tenha prioridade, alegando que as varas previstas já estarão saturadas quando iniciarem sua atuação. "É preciso que o Senado se conscientize dessa necessidade", afirmou.

Na próxima semana, Francelino Pereira e Bernardo Cabral devem conversar com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para solicitar que o projeto seja incluído, com urgência, na pauta de votações.

Executivo, Legislativo e Judiciário deveriam, segundo o senador, promover um esforço conjunto para evitar a "banalização" do crime

Quintanilha quer unir Poderes contra violência

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu na sexta-feira um esforço conjunto dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no combate à violência. Segundo o senador, vem ocorrendo uma banalização do crime, o que faz a violência atingir níveis alarmantes.

- Temos visto pessoas perderem a vida pelos motivos mais banais. Os governos federal, estaduais e municipais precisam realizar uma ação conjunta para resgatar o direito constitucional à liberdade - afirmou.

Para Leomar Quintanilha, as causas da violência são estruturais, cabendo uma parcela de culpa aos seguidos planos econômicos. "O plano de estabilização econômica restrin-



Quintanilha defende resgate da liberdade

giu o emprego e não estimulou o empresariado a absorver a mão-de-obra, agravando o problema da insegurança", assinalou.

O senador apontou ainda a "falência" do sistema penitenciário, a sobrecarga da Justiça

e o sucateamento do aparelho policial como aspectos diretamente ligados ao aumento da violência.

- O modelo prisional, superado e sucateado, não oferece condições de recuperação aos criminosos menos perigosos. O Poder Judiciário encontra-se assoberbado de processos, e a polícia desaparelhada e sem estímulo. Isso tudo compõe a conjuntura que permite a impunidade e a violência - explicou.

Em apêndice, também manifestaram preocupação com os níveis de violência os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Júnia Marise (PDT-MG).

Emenda de Távola permite denúncia contra menores

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ) na semana passada prevê que os menores de 12 a 18 anos poderão ser denunciados pelo Ministério Público quando atingirem a maioridade, podendo ir a julgamento por tribunal do júri especial. Só poderiam ser denunciados os menores que tivessem cometido atos contra a vida das pessoas.

Conforme justificativa do senador, a emenda é uma alternativa entre a atual situação, quando menores não podem ser processados e julgados por seus delitos, e as propostas de redução a 16 anos da maioria para efeitos penais.

- Fala-se muito em diminuir a imputabilidade penal, para que a punibilidade estatal alcance justamente esses menores que cometem crimes gra-

ves contra a vida. Porém, devemos considerar que o nosso sistema penitenciário está falido, não conseguindo espaço para acolher os presos maiores de idade, que se amontoam nas prisões como lixo humano. Não podemos permitir que nossos adolescentes sejam massificados como delinquentes perigosos - sustentou Artur da Távola.

Para o senador, sua proposta evitará que menores tenham de viver nas cadeias com todo tipo de criminosos, o que torna impossível sua recuperação, mas pode impedir que os mais perigosos, incapazes de convivência em sociedade, fiquem soltos depois de completarem 18 anos.

A proposta de mudança constitucional estabelece que o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público terá de passar pelo crivo de um juiz, o



Távola admite prisão após 18 anos

qual dirá se aceita ou não que o caso vá a julgamento por júri especial. A emenda assegura total sigilo das votações e ampla defesa do denunciado. O projeto será agora analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontram outras propostas que tratam do assunto.



Rocha: código trouxe cidadania

Rocha pede instalação de Procon no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou que o Amapá seja o único estado brasileiro sem um órgão de defesa do consumidor, apesar de existir uma lei de sua autoria permitindo a criação do Procon estadual.

Por proposta do senador, será realizado, em Macapá, o Seminário Amapaense de Defesa do Consumidor, nos dias 26 e 27 de março, para discutir a reformulação da lei e normas para a implementação do órgão. O evento é uma promoção da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Amapá, com a colaboração do Ministério da Justiça e apoio da Associação de Defesa do Consumidor do estado.

Rocha considera que, atualmente, o consumidor é mais exigente em relação aos produtos e serviços que adquire e está cada vez mais consciente, buscando socorro junto às instituições que possam garantir o cumprimento da legislação que o protege.

- Decorridos sete anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, vemos consolidarem-se a cada dia não só as regras que estabelecem os direitos do consumidor, como também a consciência de cidadania da população enquanto consumidores exigentes e participantes das modernas relações de consumo e do mercado.